

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência compreende a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguros, conforme discriminado no item 1.1.1 para cobertura dos riscos de transportes aos quais estão sujeitos os materiais e equipamentos da Força Aérea Brasileira ou aqueles sob a sua responsabilidade, quando em viagens.

**1.1.1 – SEGURO DE TRANSPORTES INTERNACIONAIS (EXPORTAÇÃO)**

Para cobertura dos bens, equipamentos e demais mercadorias e materiais de uso da Força Aérea Brasileira a serem:

- a) transportados para o exterior, pelo CTLA, nas modalidades: aéreo e marítimo; e
- b) movimentados do solo para veículos transportadores ou embarcações, e vice-versa.

1.1.2 – As condições gerais do seguro de transportes e as condições especiais e adicionais para seguros de transportes marítimo e aéreos são as estabelecidas nos Apêndices I, II e III a este Termo de Referência, respectivamente.

1.1.3 – As viagens correspondentes aos transportes de que trata este Termo de Referência são os definidos nos espelhos das apólices de Seguro de Transporte Internacional/ Exportação, constante dos Apêndices IV a este Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	DEMANDA MÉDIA ANUAL	TAXA ÚNICA	TOTAL
01	INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	US\$ 12.992.184,13	0,27	R\$182.410,27
LIMITE MÁXIMO A PAGAR				

1.2. A demanda foi estimada com base em dados históricos para um período de 12 meses a contar da assinatura do termo de contrato.

1.3. O limite máximo contratual estimado a ser pago durante a vigência contratual de doze meses é de R\$ 182.410,27 (cento e oitenta dois mil quatrocentos e dez reais e vinte e sete centavos ).

1.4. O crédito orçamentário e o respectivo empenho para atender a despesa relativa ao exercício futuro será formalizada por apostilamento, tendo em vista que o contrato ultrapassará o exercício financeiro.

1.5. Os materiais envolvidos nos serviços, objeto deste Termo de Referência, e de acordo com o item acima, estão divididos nas seguintes categorias:

- a) Suprimento de aviação;
- b) Componentes de aeronaves;
- c) Equipamentos de apoio solo; e
- d) Materiais perigosos (explosivos, tóxicos, inflamáveis, etc.), conforme designação constante da Seção IV do Manual da IATA (INTERNATIONAL ASSOCIATION TRANSPORT AIR).

1.6.1 Cabe salientar que aproximadamente 98% dos materiais exportados, baseados na demanda média anual, são componentes de aeronaves a serem reparados no exterior.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. O presente objeto a ser adquirido é considerado comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 5.1.2 As Apólices para o transporte internacional (exportação), deverão abranger todas as localidades no exterior.
- 5.1.3 A CONTRATADA deverá possuir um Limite de Retenção de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), devidamente homologado pela SUSEP.
- 5.1.4 Os prêmios dos seguros serão pagos pelo CTLA dentro dos prazos estabelecidos na cláusula – Pagamento de Prêmio, das condições gerais da apólice.

- 5.1.5 Os sinistros que porventura ocorrerem deverão ser liquidados pela CONTRATADA em um prazo de até 30 dias consecutivos, a partir da apresentação da totalidade dos documentos pertinentes ao evento, e de conformidade com o item “Pagamento de Sinistros” das respectivas apólices.
- 5.1.6 Não deverá haver a cobrança de custos com emissão de apólice de seguro nas faturas correspondentes aos transportes internacionais/exportação.
- 5.1.7 As Apólices deverão ter, necessariamente, suas datas de vigência coincidentes com a data de execução constante no contrato.
- 5.1.8 Cada averbação será efetuada anteriormente ao embarque da carga, mediante comunicação à seguradora em formulário próprio, conforme modelo do Apêndice V, a este Termo de Referência, por meio eletrônico ou físico.
- 5.1.9 O regime de execução de serviços será por empreitada por preço unitário, cujo pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente executados.
- 5.1.10 A contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial, pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- 5.1.11 Deverão ser adotadas pela contratada as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Portaria STJ nº 293 de 31 de maio de 2012.
- 5.1.12 Deve constar como obrigação da contratada a manutenção das condições acima, o que poderá ser verificado constantemente durante a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- 5.1.13 O contrato terá uma duração inicial de 12 (doze) meses.
- 5.1.14 Poderá haver eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme evolução tecnológica.
- 5.1.15 No momento da montagem deste termo não há quadro com soluções de mercado.
- 5.1.16 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.1.17 As obrigações da Contratante e Contratada estão previstos neste Termo nos itens 11 e 12.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.2. O serviço, objeto deste Termo de Referência, será prestado ao CTLA ( Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica), que é uma Organização militar pertencente ao Comando da Aeronáutica, situada na Estrada Alfredo Rocha, nº 495, Bairro: Ilha do Governador- Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21941-580.
- 6.3. As Apólices para o transporte internacional (exportação), deverão abranger todas as localidades no exterior.
- 6.4. Os prêmios dos seguros serão pagos pelo CTLA dentro dos prazos estabelecidos na cláusula – Pagamento de Prêmio, das condições gerais da apólice.

- 6.5. Os sinistros que porventura ocorrerem deverão ser liquidados pela CONTRATADA em um prazo de até 30 dias consecutivos, a partir da apresentação da totalidade dos documentos pertinentes ao evento, e de conformidade com o item “Pagamento de Sinistros” das respectivas apólices.
- 6.6. Não deverá haver a cobrança de custos com emissão de apólice de seguro nas faturas correspondentes aos transportes internacionais/exportação.
- 6.7. As Apólices deverão ter, necessariamente, suas datas de vigência coincidentes com a data de execução constante no contrato.
- 6.8. Cada averbação será efetuada anteriormente ao embarque da carga, mediante comunicação à seguradora em formulário próprio, conforme modelo do Apêndice V, a este Termo de Referência, por meio eletrônico ou físico.
- 6.9. O regime de execução de serviços será por empreitada por preço unitário, cujo pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente executados

## **7. DO VALOR DA CARGA**

- 7.1 O valor da carga a ser movimentada será informado pelo CTLA no momento em que for requisitado o serviço à empresa contratada.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

- 8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
  - 8.1.1 Os serviços serão avaliados pelo fiscal do contrato, mediante acompanhamento dos serviços executados por meio de suas respectivas Ordens de Serviço conforme especificado neste Termo de Referência, para identificar a qualidade dos serviços prestados.
  - 8.1.2 Os serviços serão executados de acordo com os critérios mínimos de eficiência, dentro da periodicidade estipulada neste Termo de Referência e com base na proposta de preços apresentada pela licitante vencedora do certame.

## **9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

### **9.1. Das Propostas de Preços:**

- 9.1.1 A Declaração e a Proposta de Preços deverão seguir à formatação estabelecida nos modelos constantes dos Apêndices VI e VII a este Termo de Referência, podendo ser utilizados os próprios modelos em Apêndice como anexo da proposta.
- 9.1.3 Os preços propostos deverão ser absolutamente líquidos; neles deverão estar contidas todas as despesas que incidam sobre a prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência, tais como: impostos, taxas, mobilização e desmobilização de equipamento, encargos sociais, seguro e quaisquer outras despesas necessárias à execução do serviço, todas de responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.1.4 A licitante deverá discriminar em sua proposta comercial o preço para a prestação dos serviços, contendo, no máximo 2 (duas) casas decimais.

9.1.5 Será vencedora do processo licitatório, a licitante que apresentar a menor taxa única, para prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência, a qual não poderá ser superior a 0,27%, estabelecido pela Administração. A proposta deverá considerar isenção total de franquias.

9.1.6 As propostas não deverão apresentar qualquer rasura ou emenda, borrões ou entrelinhas. O descumprimento deste requisito implicará na rejeição da proposta de preço.

9.1.7 Na avaliação das propostas de preços não serão considerados itens recomendados pelas licitantes, bem como qualquer oferta de vantagem não prevista neste Termo de Referência e/ou Edital.

## 10. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1. Nos termos do disposto no inciso X do Art. 40 da Lei nº8.666/1993, combinado com inciso II do Art. da mesma, e com base na pesquisa de mercado realizada durante a fase interna do procedimento licitatório, a Administração fixa neste ato, como critério de aceitabilidade da proposta de preço a ser apresentada pelas empresas participantes do certame, o valor máximo do item, conforme quadro a seguir, ficando o participante ciente que a proposta apresentada com a taxa superior ao limite máximo estabelecido estará automaticamente desclassificada, sujeitando-se a todos os efeitos decorrentes da legislação pertinente:

ITEM	PERCURSOS	Estimativa para Importância Segurada Anual (IS) (US\$)	Taxa Única (%)
1	INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	12.992.184,13	0,27

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;<sup>11</sup>
  - 11.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Disponibilizar e/ou receber a carga no local e data estabelecida, para movimentação da mesma do solo para o veículo transportador ou embarcação, ou do veículo transportador para embarcação, e vice-versa pelo guindaste disponibilizado pela contratada.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Cumprir e fazer com que seus empregados cumpram todas as determinações da legislação relativa ao exercício de sua atividade de seguradora de carga, além dos demais diplomas legais e atos normativos que, direta ou indiretamente, venham a atingir sua atividade, sob os aspectos fiscais, trabalhistas, previdenciários, civis, criminais, operacionais e de meio ambiente.
- 12.3. b) Emitir as apólices de seguro e as respectivas faturas correspondentes às averbações efetuadas.
- 12.4. c) Conhecer o inteiro teor dos documentos e normas que regulam a sua atividade, a fim de salvaguardar quaisquer dúvidas ou responsabilidades que vierem a advir do referido seguro.
- 12.5. d) Executar os serviços contratados de acordo com as instruções fornecidas pelo CTLA, as normas e legislações vigente, bem como a apresentar à Contratante sempre que solicitada, toda a documentação prevista nas normas que regulam o exercício de sua atividade e comprobatória do cumprimento de suas obrigações legais, expedidas pelos órgãos competentes, de âmbito federal, estadual ou municipal e ainda quaisquer outros necessários para a comprovação do cumprimento de suas obrigações constantes deste Termo de Referência.

- 12.6. e) Responder pelas consequências da inobservância ou violação das determinações legais e regulamentares, conseqüentes das normas que regulam a sua atividade, bem como ressarcir a Contratante de imediato, os eventuais prejuízos que esta última venha a sofrer em virtude de autuação pelas autoridades competentes em consequência dessas inobservâncias ou violações.
- 12.7. f) Sujeitar-se às normas especiais vigentes, tais como horários de trabalho, precauções contra acidentes, medidas especiais de segurança, normas de conduta e outras pertinentes, aplicadas nos locais onde serão prestados os serviços contratados.
- 12.8. g) Manter durante a vigência contratual todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal.
- 12.9. h) Atender às normas disciplinares e os regulamentos que orientam os procedimentos e condutas nas instalações do CTLA e nas demais Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, de acordo com as recomendações dos seus servidores civis e militares.
- 12.10. i) Obedecer à legislação vigente sobre segurança e medicina do trabalho, cumprindo determinações que neste sentido venham a ser feitas pela Contratante, importando o seu descumprimento na suspensão da prestação do serviço, podendo acarretar, inclusive, a rescisão do Contrato.
- 12.11. j) Efetuar o pagamento das multas, indenizações ou despesas impostas ao CTLA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela CONTRATADA deste Termo de Referência, de lei ou regulamento aplicado à espécie.
- 12.12. k) Observar na execução do acordo, o disposto nas Legislações Federais, Estaduais e Municipais.
- 12.13. l) Responsabilizar-se por todos os tributos, despesas com encargos sociais de qualquer natureza, contribuições previdenciárias (INSS, FGTS, PIS, etc.), administração e lucros, seguros de acidentes de trabalho, material de proteção individual – EPI, bem como todas as obrigações legais trabalhistas e civis em relação a seus empregados, decorrentes dos serviços a serem prestados, objeto deste Termo de Referência .
- 12.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.16. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor
- 12.17. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4)

Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 12.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.25. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.33. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:



- 12.33.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.33.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.34. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.35. Apresentar as Notas Fiscais, à FISCALIZAÇÃO, de acordo com os serviços executados;
- 12.36. Tomar medidas preventivas para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços ao encargo de concessionárias de serviços públicos;
- 12.37. Reparar os prejuízos que vier a causar, sendo de sua exclusiva responsabilidade, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
- 12.38. Manter atendimento no período de 08 h as 22 h, inclusive nos sábados, domingos e feriados;
- 12.39. A ocorrência de eventuais irregularidades, na execução dos serviços contratados, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE
- 12.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.41. Se responsabilizar pelas demais obrigações fiscais e comerciais, inclusive as responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, sem qualquer solidariedade por parte do CTLA.
- 12.42. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o CTLA ou qualquer Organização Militar do Comando da Aeronáutica, procedentes da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência.
- 12.43. Estar apta para iniciar a prestação de serviços em até vinte e quatro horas após a data de assinatura do Contrato.
- 12.44. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento de comunicação móvel para o preposto, sem restrição de acesso, para realizar e receber ligações.
- 12.45. Não obstruir o trabalho de fiscalização a cargo do CTLA.
- 12.46. Providenciar e manter atualizados, às suas expensas, todos os documentos necessários à execução do objeto, tais como: autorizações, licenças e registros junto aos órgãos competentes, etc.
- 12.47. Cumprir fielmente todas as condições estipuladas neste Termo de Referência, de forma que os serviços sejam prestados e mantidos com esmero e perfeição, sob sua inteira responsabilidade.
- 12.48. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matérias para atmosfera, por emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2016, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

12.49. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar o níveis considerados aceitáveis pela NBR-10.151 - Avaliação de Ruído em Áreas Habitadas visando o conformo da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.50. Nos termos do artigo 4º, parágrafo 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preço os custos correspondentes.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 15.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Instrumento próprio de Medição de Resultados- IMR para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas
- 15.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 15.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório
- 15.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor do serviço que foi executado de transporte aéreo ou marítimo.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. FATURAMENTO

17.1. Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços, em nome da “Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica”, no Protocolo do CTLA, mediante protocolo de recebimento ou encaminhada eletronicamente por e-mail, discriminando o:

- a) serviço realizado;
- b) número do contrato; e
- d) Valor total da Nota Fiscal de Serviços.

17.2 e-mail para encaminhamento da Nota Fiscal de Serviços será informado por ocasião da assinatura do contrato.

17.3 Só será efetuado o pagamento do serviço efetivamente prestado, relativo à carga transportada.

17.4 A regularidade fiscal da CONTRATADA será constatada através de consulta “ON-LINE” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

17.5 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.6 A Nota Fiscal de Serviço será certificada e atestada quanto a exatidão das informações nelas contida e ser, posteriormente encaminhada para pagamento pelo CTLA, mediante protocolo de recebimento.

17.7 No caso de ocorrer qualquer discrepância com relação às informações contidas na Nota Fiscal de Serviços, o fato será comunicado formalmente à CONTRATADA, para retificação das causas de seu indeferimento.

17.8 A Nota Fiscal de Serviços não terá validade se emitida antes da ocorrência do evento que autorize o faturamento.

17.9 O não cumprimento, pela CONTRATADA, do disposto no subitem anterior, no que for aplicável, facultará ao CTLA devolver a Nota Fiscal de Serviços e a contar um novo prazo de vencimento, a partir do dia da sua apresentação.

## **18 DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.4.1 o prazo de validade;
  - 18.4.2 a data da emissão;
  - 18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.4.4 o período de prestação dos serviços;
  - 18.4.5 o valor a pagar; e
  - 18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1 não produziu os resultados acordados;
  - 18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 18.17 DAS REDUÇÕES E COMPENSAÇÕES

18.17.1 O CTLA poderá deduzir de qualquer créditos da CONTRATADA e/ou executar a garantia contratual para a compensação dos valores a ele devidos, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do contrato.

18.17.2 Os valores não compensados na forma acima e não pagos pela CONTRATADA são considerados pelas partes, desde já, dívidas líquidas e certas, cabíveis mediante execução judicial, constituindo o contrato título executivo extrajudicial (art. 585, II, do CPC).

### 19 REAJUSTE DE PREÇOS



- 19.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Preços do Consumidor Amplo (IPC-A) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 19.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo
- 19.7 O reajuste será realizado por apostilamento.,

## **20 GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 20.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 20.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 20.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 20.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 20.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 20.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 20.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 20.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.12 Será considerada extinta a garantia:
- 20.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 20.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 21.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 21.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 21.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 21.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 21.1.5 cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 21.2.2 **Multa de:**
    - 21.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 21.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 21.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - 21.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - 21.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
    - 21.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - 21.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 21.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
    - 21.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
  - 21.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a	01

	pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Integrar este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

Apêndice I – Condições Gerais;

Apêndice II - Condições Especiais- Cobertura Básica Ampla ;

Apêndice III - Coberturas Adicionais;

Apêndice IV - Espelho da Apólice de Seguro de Transporte Internacional/Exportação;

Apêndice V - Formulário de Averbação de Transporte Internacional/Exportação;

Apêndice VI - Declaração de Preço;

Apêndice VII - Proposta de Preço;

Apêndice VIII - Estudos Preliminares; e

Apêndice IX – Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

## **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

## **24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 24.1. O valor de referência, para fins de aplicação da menor taxa única, é US\$12.992.184,13.
- 24.2. O custo estimado para a contratação é de R\$ 182.410,27.

## **25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 25.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o Exercício de 2021, na classificação estabelecida no Apêndice IX deste Termo de Referência.

Rio de Janeiro, de agosto de 2021.

MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS 1º TEN QOESUP  
Chefe da Seção de Importação

Conferido por:

FRANKLIN DA CUNHA E SILVA Cap QOEA SUP R1  
Agente de Controle Interno

---

### **ATO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Aprovo o presente Termo de Referência, por conter todos os elementos necessários para a consecução do objetivo da Administração de contratar os serviços de Seguro de carga em transporte Internacional.

Rio de Janeiro, de agosto de 2021.

SANDRO BENEDET Cel Av  
Ordenador de Despesas do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referencia
Data/Hora de Criação:	18/08/2021 11:34:57
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	5866a4558edffaf57faff230ac45b156
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 19/08/2021 às 12:31:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 19/08/2021 às 12:33:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 20/08/2021 às 07:40:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major NEWTON ALMEIDA DE SOUZA JUNIOR no dia 31/08/2021 às 06:56:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 31/08/2021 às 10:41:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 31/08/2021 às 10:58:04 no horário oficial de Brasília.



## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO